

1375, boul. St. Laurent Blvd., Ottawa, ON K1G 0Z7
Tel./Tél. : (613) 237-1590 Fax/Télé. : (613) 237-5508 Toll free/Sans frais : (844) 237-1590
cupemail@cupe.ca/courriel@scfp.ca – cupe.ca/scfp.ca

21 de abril, 2021

VIA CORREIO ELETRÔNICO

John Graham
Presidente e Diretor Executivo
Investimentos ao Plano de Previdência do Canadá (Canada Pension Plan Investments)

Prezado Sr. Graham,

Escrevemos-lhe em nome do Sindicato Canadense de Funcionários Públicos (Canadian Union of Public Employees - CUPE), o maior sindicato do Canadá com 700.000 membros, para suscitar preocupações a respeito de planos que visam privatizar a companhia de água e águas residuais (Companhia Estadual de Águas e Esgotos, CEDAE) no Rio de Janeiro, Brasil. A diretoria do Canadian Pension Plan Investment (CPPIB) tornou-se recentemente uma investidora considerável na Iguá Saneamento SA, uma empresa privada de águas que busca participar no leilão que privatizará CEDAE no dia 30 de abril, 2021. Queremos expressar urgentemente que esta proposta de aquisição e privatização de um dos maiores serviços públicos de água do Brasil é ao mesmo tempo socialmente nociva e economicamente arriscada, e apelamos ao CPPIB para que desista deste procedimento imediatamente.

De acordo com seu comunicado de imprensa de 22 de março de 2021, o CPPIB adquiriu uma participação de 45% na Iguá Saneamento SA, que por sua vez fortalecerá sua licitação para privatização da CEDAE. Serviços privados de água e esgoto têm um terrível histórico. É bem documentado que a privatização de serviços de água é acompanhada de preços altíssimos, declínio no acesso e qualidade, e reduções de serviços e empregos.

A CEDAE já foi designada como “joia da coroa” do saneamento, e a entrada foi dada a recursos jurisdicionais contra sua venda. É previsto que 3.500 trabalhadores em água e esgoto perderão seus empregos se ela for privatizada. Tendo em vista que as mortes devido ao COVID-19 continuam a subir no Brasil, associadas à sua crise de saúde pública, a pandemia não deve ser usada por investidores como oportunidade de privatizar um bem público tão valioso.

Philip Alston, o ex-relator especial da ONU para assuntos de extrema pobreza e direitos humanos, condenou a privatização por ter sua premissa em “presunções fundamentalmente diferentes daquelas que alicerçam respeito aos direitos humanos, como por exemplo dignidade e igualdade”, acrescentando que “detentores de direitos se transformam em clientes, e aqueles que são pobres ou carentes, ficam marginalizados ou excluídos”. Em sua busca por algo “que cabe em nossa diversificada carteira de infraestrutura global”, alertamos-lhe que considere

.../2

MARK HANCOCK
National President/Président national

CHARLES FLEURY
National Secretary-Treasurer/Secrétaire-trésorier national

BENOÎT BOUCHARD, PAUL FAORO, FRED HAHN, JUDY HENLEY, SHERRY HILLIER
General Vice-Presidents/Vice-présidences générales

as consequências de suas decisões para o mundo real e posteriores repercussões aos direitos humanos.

O atual ambiente político faz que qualquer investimento na infraestrutura pública do Brasil seja inerentemente arriscado e prejudicial à sua reputação. Existe uma possibilidade real que a infraestrutura pública privatizada durante o mandato do governo atual pode ser devolvida ao controle público sob outro governo, expondo investidores a perdas.

Há evidências consideráveis que contradizem as afirmações de que serviços de água e esgoto fornecem acesso ampliado e econômico às comunidades mais carentes e mais marginalizadas. Ao privatizar a CEDAE, vitória seria dada ao governo Bolsonaro, que tem histórico de violar os direitos e necessidades de comunidades vulneráveis, sendo isso internacionalmente reconhecido e condenado. O envolvimento do CPPIB em apoiar o programa de privatização de Bolsonaro serviria de legitimação ao seu descaso às necessidades da população.

Como parte de nosso comprometimento à integração de “riscos ambientais, sociais, e governamentais” ao programa de investimento, o CPPIB reconheceu que "direitos humanos são relevantes ao ponto de vista de investimentos, pois tais direitos humanos são centrais para a construção de valor que é sustentável ao longo prazo." Cremos que a recente decisão da diretoria em fazer parceria com a Iguá Saneamento SA em apoio à privatização da CEDAE a expõe a envolver-se em possíveis violações de direitos humanos à água, bem como a danos reais econômicos e reputacionais associados a este empreendimento. Deste modo, incitamos a diretoria que esta retire imediatamente seu apoio a este processo de privatização envolvendo a CEDAE e abandone seu investimento na Iguá Saneamento SA o mais breve possível.

Atenciosamente,

MARK HANCOCK
Presidente Nacional

CHARLES FLEURY
Tesoureiro Nacional

:ss/cope491

cc:

Neil Beaumont, Senior Managing Director & Chief Financial and Risk Officer
Edwin D. Cass, Senior Managing Director & Chief Investment Officer
Michel Leduc, Senior Managing Director & Global Head of Public Affairs and Communications
Deborah K. Orida, Senior Managing Director & Global Head of Real Assets
Geoffrey Rubin, Senior Managing Director & Chief Investment Strategist
Patrice Walch-Watson, Senior Managing Director, General Counsel & Corporate Secretary
Public Services International (PSI)
Canadian Labour Congress (CLC)